



Junho 2008 - Nº 10

Media e Paz

SUMÁRIO

Editorial

José Manuel Pureza

(Página 1)

Teoria da P@X

Entrevista com María del Carmen Gascón**Rita Santos**

(Página 2 a 4)

Observatório das P@xes

(Página 5 a 6)

Estudos sobre a P@x

"Media para a Paz: uma agenda de investigação, uma agenda de intervenção"

Sofia José

(Páginas 7 a 8)

"Jornalismo para a Paz: promessas, obstáculos e apostas"

Elisa García Mingo

(Páginas 9 a 11)

"Um olhar pela imprensa: mulheres e violências"

Rita Santos

(Páginas 12 a 14)

No sótão do NEP

Publicações e Actividades

(Páginas 14 a 17)

P@X

Coordenação do Núcleo de Estudos para a Paz:

José Manuel Pureza e Maria Raquel Freire

Número temático organizado por:

Rita Santos

Edição, tradução e revisão:

Rita Santos e Katia Cardoso

Agradecimento especial a Mónica Rafael Simões,

Sofia José e Elisa García Mingo

Núcleo de Estudos para a Paz

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da

Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087

3001-401 Coimbra

Portugal

Tel: + 351 239 855593

Fax: + 351 239 855589

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/nep@ces.uc.pt>

Editorial

A relação dos meios de comunicação social com a paz é, no mínimo, extremamente controversa. Este número do P@x pretende contribuir para a reflexão sobre a variedade de caminhos que essa relação assume.

Os meios de comunicação são frequentemente alimentadores dos conflitos armados, quer pela formação de imagens estigmatizadoras do outro como colectivo quer por veicularem uma cultura de matriz conflitualista, feita sobretudo de identificação do outro como ameaça e de naturalização das estratégias de resposta a essa caracterização. Muito mais do que o chamado "jornalismo de guerra", tantas vezes fundamental na denúncia das mistificações que alimentam as guerras, é no jornalismo quotidiano que se forja essa função instrumental dos *media* relativamente a uma cultura de guerra. Exercícios competentes de auto-reflexividade dos jornalistas têm permitido perceber o relacionamento próximo que se regista entre a espectacularização da informação corrente, ditada pelo mercado, e a sobre-simplificação de sociedades e culturas, a descontextualização ignorante da história das tensões e conflitos ou mesmo a caricaturização das guerras como jogos de computador. Mas não é menos equívoco o papel crescentemente desempenhado pelos meios de comunicação em processos de reconstrução pós-conflito. Assumidos como uma das prioridades das missões de paz, os meios de comunicação são chamados a desenvolver estratégias de pacificação inseridas no projecto global de paz liberal. Essa função, no entanto, tende a excluir um questionamento dos pressupostos ideológicos e das consequências sociais e económicas das políticas padronizadas no quadro daquele projecto global.

Neste contexto, a proposta do *peace journalism* constitui um desafio ao modo dominante de pensar a função dos *media*. Alvo de acusações de orientação castradora da liberdade de informar, o jornalismo para a paz questiona acima de tudo o sentido político da objectividade, erradamente confundida com neutralidade. Para quem "toda a teoria é sempre para alguém e para algum propósito", como escreveu Cox, também o conhecimento proporcionado pelos *media* se inscreve nessa crítica da neutralidade. A apologia da heroicidade da guerra e a pacificação de superfície não são, definitivamente, os únicos caminhos que se abrem aos *media* na sua relação com a paz. O P@x, enquanto ferramenta mediática, procura ser disso testemunho.

José Manuel Pureza

Teoria da P@X

Entrevista com María del Carmen Gascón *, realizada por Rita Santos

Os meios de comunicação social e a cultura de paz

RS - *Como nasceu o projecto de analisar o papel da imprensa na resolução criativa de conflitos e contributo para o enraizamento de uma cultura de paz?*

MCG - O projecto, tal como muitos outros projectos, nasceu de uma preocupação: a ideia de que os *media* influenciam bastante a percepção que as pessoas têm do mundo. E esta consciência advém sobretudo da minha experiência de trabalho na rádio, onde trabalhei há cerca de trinta anos, mas também do meu envolvimento e interesse pela educação não formal. Dado que comecei a minha vida profissional no mundo da educação, acreditava, na altura, e acredito ainda mais hoje, que a educação não formal, tudo o que aprendemos fora das escolas, das universidades, intervém de forma decisiva, ou pelo menos de forma semelhante, na estruturação das nossas percepções do mundo e que, por esse motivo, os meios de comunicação social são incontornáveis na construção de uma cultura de paz.

RS - *Porque é que escolheu a imprensa, muitas vezes considerada com um meio de comunicação social em desuso?*

MCG - Escolhi a imprensa, num primeiro momento, porque queria que o estudo tivesse um enfoque internacional e a imprensa pareceu-me algo mais fácil de analisar, de aceder, do que a televisão, que foi o meio de comunicação social que tinha elegido anteriormente. Por essas razões comecei por debruçar-me sobre a imprensa, mas rapidamente me dei conta de que, sobretudo no continente africano e na América do Centro e Sul, a rádio tinha uma grande importância na prevenção e resolução de conflitos. Assim, comecei a ampliar o objecto de análise do estudo e acabei por analisar não só a imprensa, apesar de ser o elemento mais aprofundado pelo estudo, como também a rádio, os videojogos e a publicidade gratuita, entre outros.

RS - *No seu livro, utiliza o mito do Minotauro para descrever o panorama actual dos meios de comunicação e o seu papel nas sociedades contemporâneas. Pode explicar melhor as ligações que estabelece entre os dois?*

MCG - O mito do Minotauro faz referência a um monstro que se encontrava preso num labirinto e exigia que lhe oferecessem vítimas, para que pudesse subsistir. Eu tenho a sensação de que todos vivemos num labirinto, complexo e fascinante (o mundo), onde habitam monstros com coração, metade monstros, metade humanos - os *media*. As oferendas, as vítimas, podem ser as próprias pessoas, que deixam de poder viver a sua vida para passar a viver a vida das pessoas que trabalham e se expressam através dos *media*. Estes minotauros empurram-nos frequentemente para uma certa zona do labirinto, mostrando-nos apenas os seus sucessos e aspectos positivos e, por oposição, dando-nos a conhecer apenas as outras partes do labirinto quando algo anormal acontece. Este é um tema que me preocupa muitíssimo. Contudo, existe também a parte humana destes minotauros, onde julgo que se encontram todos aqueles que elogiam Teseus [herói grego que matou o Minotauro e libertou as vítimas do labirinto], pessoas lutadoras, profissionais do campo dos *media* e também consumidores, que enfrentam com humor a luta por meios de comunicação social melhores. Além disso, existem também no labirinto os fios de Ariadne, que eu associo aos meios de comunicação social e às pessoas que nele trabalham, gente trabalhadora e sonhadora que, ao longo da história e agora ainda mais, têm acreditado e defendido que outros meios de comunicação são possíveis ou, pelo menos, que outros meios de comunicação são necessários e vão tecendo teias, ligações, nesse sentido.

RS - *Como sintetizaria as conclusões da sua investigação?*

MCG - Julgo que se a minha investigação traz algo de novo é apresentar uma visão didáctica e utópica dos meios de comunicação social.

Teoria da P@X

É verdade que eu começo por investigar o que se entende por comunicação para a paz e o que está a ser feito neste campo, mas o principal contributo do meu estudo é sublinhar a importância da alfabetização mediática no reconhecimento das influências dos *media* nas nossas vidas e no desenvolvimento de um espírito crítico e mais criativo perante estas mesmas influências, isto é, aperfeiçoar a nossa capacidade de analisar, criar, melhorar, fazer propostas mais positivas. Neste último aspecto, julgo que o mais importante é a questão da análise dos estereótipos, ou seja, atentarmos sobre o que nos mostram os *media*, porquê nos mostram o que mostram e, sobretudo, que elementos é que não nos mostram. Esta questão é a que mais me preocupa. E eu tenho a sensação de que os minotauros são monstros, de facto, mas que existem outros seres, unidos aos minotauros, que nos colocam vendas de cristal, que nos impedem de ver na realidade e que ajudam a criar pessoas e situações invisíveis. Em síntese, o meu maior contributo seria criar instrumentos para analisar e debater o que pode ser a comunicação para a paz. Não basta, na minha opinião, afirmar que as imagens e os discursos que conhecemos do Sul, por exemplo, não são completas. É necessário interrogarmo-nos sobre que imagens e discursos seriam então mais adequados, sobre as alternativas possíveis. Eu procuro, em primeiro lugar, criar debate, colocar mais interrogações, na esperança de que, no futuro, mais do que responder apenas a estas interrogações, sejamos capazes de criar novas interrogações e inquietudes. O campo da comunicação, como outros campos de investigação, evolui quando mudam as perguntas, mais do que quando todas as respostas são encontradas.

RS - Como foi o processo de investigação que agora culmina com o livro?

MCG - A investigação em si começou em 2002, mas já tenho alguns anos de investigação no campo dos meios de comunicação social e também no domínio da educação. A primeira coisa que fiz foi tentar conhecer o que já existia. Contactei com muita gente, com muitas organizações que trabalham com estes temas, e contactei também, sobretudo através da Internet, com pessoas da América Latina e África.

Quanto à metodologia, centrei-me, por um lado, na elaboração dos fundamentos teóricos do estudo, tendo por base o trabalho desenvolvido por outras pessoas e, ao mesmo tempo, na redacção de actividades didácticas sobre o tratamento jornalístico de certos temas com o intuito de aproximar gente de ONG, professores e cidadãos em geral, etc. ao mundo dos meios de comunicação social de forma mais crítica e criativa.

RS - *Na sua opinião, considera que continuam a existir resistências por parte dos profissionais do meio jornalístico em interpretar o seu trabalho como interveniente, situado e logo perspectivar a sua profissão como um compromisso político e ético? A teoria da objectividade goza de boa saúde?*

MCG - Os meios de comunicação social e os jornalistas que os compõem são produto de uma época e de uma situação. Em geral, sobretudo em determinados países ocidentais, vivemos um certo desencanto face ao social, o colectivo, vivendo de forma individualista e mantendo uma visão economicista da sociedade. Um jornalista é como qualquer outra pessoa. Há pessoas como um grande compromisso ético e social e outras não. Ambas podem ser boas profissionais, na minha opinião. Outra coisa é a medida da exigência pessoal de cada um e aquilo que cada um acha que poderia ser feito de forma diferente. Há pessoas que fazem um trabalho digno, mas que podia, sem dúvida, ser melhor, se tivessem uma maior consciência social e uma maior preparação política, cidadã. Existe também muita gente desencantada no mundo do jornalismo, pois as estruturas do jogo não favorecem o seu trabalho.

Quanto à objectividade, eu não acredito nela enquanto valor e meta absoluta. Para mim, a objectividade deve ser uma ferramenta apenas e não deve ser confundida com o conceito de neutralidade. Gosto do conceito de que se não fazes parte da solução do problema, fazes parte da criação do problema. E portanto, ou és um jornalista que potencia a solução de um determinado problema, ou estás mais próximo dos elementos que lhe dão origem. Admiro muito a coragem de quem se dedica a participar na solução do problema, apesar dos diversos constrangimentos estruturais e profissionais que se afiguram.

Teoria da P@X

Assim, procuro unir os conceitos de objectividade e não objectividade à forma como as possíveis soluções são tratadas pelos meios de comunicação social e pelos jornalistas em particular. Então, a objectividade não é sinónimo de negatividade, nem de realismo negativo. Para mim, tem de significar tomar partido, contando com a voz de todos e dando a voz a todos, obviamente.

RS - *Como analisa o surgimento de novas propostas e correntes, como a do jornalismo para a paz e a do jornalismo preventivo? Parecem-lhe desejáveis e realistas?*

MCG - Todas as novas propostas têm valor e são necessárias. Considero que graças aos profissionais que estão envolvidos no jornalismo para a paz, no jornalismo cidadão, no jornalismo preventivo, etc. algo vai mudando, está a mudar, nos meios de comunicação social. Se o cidadão tem interesse e disponibilidade para dedicar um pouco do seu tempo, tem agora ao seu alcance meios de comunicação que lhe permitem saber mais e melhor.

RS - *Um jornalismo responsável e ético sobre conflitos armados e outras formas de violência depende não só dos jornalistas, mas também dos leitores, ouvintes e telespectadores. Julga que o seu livro e outros podem contribuir para uma maior alfabetização mediática?*

MCG - O meu livro *Comunicando paz. Otros Medios de Comunicación desde el mismo Laberinto* pretende ser uma contribuição para a alfabetização mediática, sem dúvida. Eu provenho em partes iguais da pedagogia e do jornalismo. Por isso, o livro que acabo de escrever contém cerca de 70 actividades diferentes de análise e aprofundamento, que procuram provocar, romper determinados estereótipos e ao mesmo tempo a analisar e valorizar os discursos e imagens jornalísticas sobre temas como a violência doméstica, terrorismo, conflitos políticos, "acidentes naturais", etc., apesar de esta parte prática ir acompanhada de um fundamento teórico que ilumina o caminho pelo labirinto no qual todos vivemos.

* Investigadora associada do *Seminario de Investigación para la Paz* (SEIPAZ, Saragoça), doutorada em Ciências da Educação pela Universidade de Madrid, com a tese *La Radio en la educación no formal*, publicada em 1991 pela Editora CEAC. Publicou recentemente o livro *Comunicando Paz. Otros Medios de Comunicación desde el mismo Laberinto* (Editorial Popular, 2008).

Observatório das P@xes

Recursos sobre Media para a Paz

Ross, Howard, 2001, "Media and Peacebuilding: Mapping the Possibilities".

(<http://www.impacs.org/media/peacebuilding.html>)

Kempf, William, 1999, "Media contribution to peace building in war torn societies".

(http://www.ub.uni-konstanz.de/v13/volltexte/1999/76//pdf/76_1.pdf)

Lynch, Jake; Mcgoldrick, Annabel, 2000, "17 Tips: What A Peace Journalist Would Try To Do".

(<http://www.mediachannel.org/atissue/conflict/>)

Manoff, Robert, 1996, *The Media's Role in Preventing and Moderating Ethnic, National, and Religious Conflict*, Centre for War Peace and the News Media.

(<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/Acord.pdf>)

Melone, Sandra, 2000, "Positive Potentials of Media in Conflict Transformation", in *Berghof Handbook for Conflict Transformation*.

(<http://www.berghof-handbook.net/>)

Galtung, Johan, 1998, "High Road, Low Road." Centre for Conflict Resolution, Track Two, Vol.7, N°4, Dezembro.

(http://ccrweb.ccr.uct.ac.za/two/7_4/p07_highroad_lowroad.html)

Shinar, D. (2004) "Media peace discourse: Constraints, Concepts and Building Blocks". *Conflict and Communication Online*, Vol.3, N° 1/2.

(<http://www.cco.regener-online.de/>)

Beleli, Ozse; Melone, Sandra, Terzis, Georgios, 2000, *Using Media for Conflict Transformation: The Common Ground Experience*.

(<http://www.berghof-handbook.net/melone/final.pdf>)

Fazedores de P@xes

Comunidade Segura

Plataforma de informação brasileira sobre segurança humana, com um enfoque especial sobre as regiões da América Latina e do Caribe. Conta com dossiers especiais sobre temas como segurança pública, jovens e violência armada e controlo de armas, bem como com entrevistas com especialistas de segurança pública.

(www.comunidadessegura.org.br)

Fundação Hironnelle

Organização não governamental activa em contextos de guerra e pós guerra que trabalha no apoio ao desenvolvimento, profissionalização e gestão de meios de comunicação social, sobretudo radiofónicos.

(www.hironnelle.org)

Canal Solidario

Projecto de comunicação espanhol, parte da rede internacional OneWorld, que disponibiliza, através de um portal de Internet, notícias e recursos sobre solidariedade, cooperação, paz, direitos humanos e inclusão social. Impulsionado por uma equipa de jornalistas comprometidos com a ideia de que a comunicação social deve estar ao serviço da mudança social.

(www.canalsolidario.org)

Medios para la paz

Organização não governamental colombiana, composta por mais de oitenta jornalistas, criada com o propósito de elaborar ferramentas jornalísticas, feitas por jornalistas para jornalistas, para uma cobertura responsável do conflito armado e pelos esforços de paz colombiano. Actualmente com um enfoque na América Latina, tem investido na produção e disseminação de informação jornalística e investigação sobre temáticas relacionadas com os conflitos armados da região.

(www.mediosparalapaz.org)

Observatório das P@xes

Fazedores de P@xes

Institute for War and Peace reporting

Rede internacional de meios de comunicação para o desenvolvimento com delegações na Europa, América do Norte e África, que trabalha no reforço do jornalismo local em países em crise, nomeadamente através da formação de jornalistas, facilitação do diálogo e apoio à produção de informação credível, bem como na produção e divulgação de conteúdos jornalísticos de investigação sobre países em guerra ou em transição.

(www.iwpr.net)

Search for Common Ground

Organização não-governamental internacional, cuja missão é contribuir para o desenvolvimento dos meios de comunicação social no continente Africano e Europeu. No âmbito do seu programa "Radio for Peacebuilding in Africa", trabalha no sentido de apoiar e encorajar o uso da rádio como instrumento de comunicação e desconstrução de estereótipos associados à pobreza e aos conflitos.

(www.sfcg.org)

Internews

Organização não-governamental internacional de desenvolvimento de meios de comunicação social, cuja missão é apoiar o florescimento de meios de comunicação social independentes e melhorar o acesso à informação em países em desenvolvimento ou em situação pós-conflito através de acções de formação sobre gestão e produção jornalística e apoio à produção de conteúdos televisivos e radiofónicos.

(www.internews.org)

Balkan Investigative Reporting Network

Rede de jornalistas, editores e formadores locais, criada em 2005, com o apoio do *Institute for War and Peace Reporting*, cujo objectivo é apoiar a produção de jornalismo de investigação de qualidade sobre temas políticos, económicos e sociais complexos, através de sessões de formação contínuas e disseminação de produção jornalística de qualidade.

(www.birn.eu.com)

Instituto Panos

Organização não-governamental, criada em 1968, com o objectivo de promover o pluralismo dos meios de comunicação social. Actualmente, as suas principais áreas de acção são: Migrações Internacionais e os *Media* (Europa), *Media* pluralistas para a paz e democracia (África Central) e *Media* no espaço Mediterrânico. As suas actividades principais incluem: o apoio à adopção e aplicação de enquadramentos legais e regulatórios adequados à prática jornalística; apoio à emergência de organizações profissionais nacionais e regionais; o fortalecimento da viabilidade técnica e financeira de organizações de *media* através de acções de formação; e a promoção de sessões de educação para os *media*.

(www.panosparis.org)

International Media Support

Organização não governamental, criada em 2001, com o objectivo de apoiar meios de comunicação locais em contextos de guerra e transição política. Actualmente, as suas três áreas de actividade são: *media* e conflitos, *media* e democracia (intervindo sobretudo nos países da Europa de Leste e Ásia Central, em processo de transição política) e *media* e diálogo (especialmente no mundo Árabe e Irão).

(www.i-m-s.dk/)

Instituto de Periodismo Preventivo y Análisis Internacional

Associação composta por jornalistas, especialistas em Relações Internacionais, bem como investigadores de outras áreas, empenhados na produção e disseminação de informação relativa a conflitos e outras situações de crise comprometida com a resolução pacífica das mesmas. As suas actividades incluem acções de apoio e desenvolvimento de investigações, sessões de formação sobre os pressupostos teórico-práticos do jornalismo preventivo e a publicação da *Revista Electrónica de Periodismo Preventivo*.

(http://www.periodismopreventivo.org/quienes_somos.html)

Rádio Okapi (República Democrática do Congo) (www.radiookapi.net)

Rádio Star (Liberia) (<http://www.starradio.org.lr>)

Rádio Miraya (Sudão) (<http://www.mirayafm.org/>)

Associação Mundial de Associações de Rádios Comunitárias (<http://rvsf.amarc.org/>)

Teoria da P@X

MEDIA PARA A PAZ: UMA AGENDA DE INVESTIGAÇÃO, UMA AGENDA DE INTERVENÇÃO

Em 1946, o Preâmbulo do Tratado Constituinte da UNESCO afirmava que se a guerra tem início na mente dos homens, será precisamente aí que as defesas da paz devem ser construídas. Datada de há mais de meio século, a ideia que lhe subjaz deu o mote para o início de um percurso de investigação que introduz os meios de comunicação social (MCS) como instrumentos relevantes na construção da paz, contrariando a tendência histórica até então registada de os media serem apenas um veículo eficaz na difusão de mensagens negativas (por exemplo, na Alemanha nazi).

A partir da década de 1960, começou a despontar, no seio da disciplina dos Estudos para a Paz, um consenso crescente sobre a pertinência dos media passarem a orientar a sua informação e programação no sentido de concertar posições entre beligerantes e de contrariar ou prevenir as dinâmicas estruturais e culturais que reconhecidamente alimentam e legitimam a violência. Assistia-se, assim, à emergência ainda embrionária de “*media para a paz*”.

Esta proposta teórica ganhou relevo na agenda crítica dos Estudos para a Paz e assumiu também para si uma agenda de investigação própria, claramente construtivista, e que tem abordado a relação entre media e paz através de três grandes linhas de produção teórica: Educação para a Paz, *Peace Journalism* e *Development Communication*. Se a primeira, materializada em reflexões sobre como dotar as pessoas de capacidades, atitudes e conhecimento no sentido da promoção do entendimento e da paz (Harris e Morrison, 2003: 9), opta por uma abordagem mais ampla e abrangente (podendo mesmo incluir aspectos dos restantes), a segunda e a terceira são bem mais específicos na sua abordagem. Por um lado, o modelo de *Peace Journalism*, preconizado na década de 1970 por Johan Galtung (1998), defende uma prática jornalística clara e deliberadamente comprometida com os valores e as opções da paz; por outro lado, o quadro de *Communication Development* (Besette, 1996), sublinha a importância do desenvolvimento, dentro de cada comunidade, de processos de comunicação localmente participativos e interactivos com vista à melhoria das condições de vida das populações e ao seu desenvolvimento. Subjaz a cada uma destas linhas uma noção positiva de paz (Galtung, 1996), um evidente reconhecimento da preponderância do imaginário individual e colectivo na determinação da escolha pela violência ou pela paz e, acima de tudo, uma clara concessão do protagonismo às pessoas, às comunidades e à sua especificidade. Trata-se de pontos que identificam a proposta e evidenciam a sua coesão enquanto projecto académico.

No final da década de 1980, esta produção teórica foi claramente cooptada pelos modelos de resposta político-institucionais da comunidade internacional, especificamente pelas Nações Unidas, no âmbito das suas complexas missões de peacebuilding, mas também por ONG e doadores bilaterais, em cenários de reconstrução pós-conflito. Desde então, a intervenção internacional ao nível dos MCS tem sido crescente. Entre os tipos de intervenção construtiva [1] mais comuns contam-se a formação para jornalistas, o desenvolvimento de estruturas legais que permitam a liberdade de expressão e, acima de tudo, a criação de *media para a paz*, i.e., MCS que assumem como objectivo principal contribuir, através da sua programação, para a superação do trauma de guerra e para o combate a tudo aquilo que, no subconsciente individual ou na tradição colectiva, puder estimular a perpetuação e a legitimação da violência.

É precisamente nesta última forma de intervenção, que conhece os exemplos mais cabais na Rádio *Studio Ljambo* (Burundi) ou na Rádio *Okapi* (Republica Democrática do Congo), entre outras emissoras, que as duas agendas - de investigação e de intervenção - começam a traçar rotas discrepantes. À necessidade de dar atenção à subjectividade da paz postulada pela proposta académica contrapõe-se o carácter impositivo e externo que a agenda de intervenção tem assumido.

Teoria da P@X

Chefias editoriais externas, ausência de participação local ao nível das tomadas de decisão técnicas e programáticas e presença clara e uniforme do imaginário ocidental na programação são evidências claras dessa política de intervenção.

A razão para esta disparidade reside, por um lado, na relevância que a agenda liberal e a sua aplicação mecanicista assumem nas missões de peacebuilding (Clapham, 1998); por outro lado, no facto de, como afirma Sheila Dallas, da Radio da Missão das Nações Unidas na Serra Leoa (UNAMSIL), se “as NU são boas para lidar com os governos, (...) para lidar com as pessoas ao nível das bases, a rádio é crucial” (Ribeiro, 2004). À semelhança de outros actores não-estatais, os *media* têm assumido a missão de solidificação da paz civil, nos moldes externamente previstos, que se assume, por sua vez, como essencial para legitimar, ao nível das populações, a receita da paz liberal (Richmond, 2005). É este o modo e o modelo de actuação que se crê ideal, aos olhos dos actores externos, para garantir a sustentabilidade da (re)construção da paz. Porém, é precisamente aí que reside o risco: a contribuição para a insustentabilidade da paz construída. Um dos imperativos para a construção de uma paz sólida e de longo-prazo é ser localmente participativa e, conseqüentemente, auto-reflexiva (Cockell, 2000: 22-23). O envolvimento participativo dos actores locais é uma condição necessária à boa construção da paz, sob pena de não se passar mais de um trajecto de standardização a adaptação, mas de standardização a colapso.

O confronto destas duas agendas, uma de investigação e outra de intervenção, no que toca a subjectividade da paz, vai bem além do equilíbrio entre teoria e prática e levanta questões ao nível da ligação entre o conhecimento e o poder, evidenciando a relação, por vezes escorregadia, entre as propostas académicas e a sua implementação prática e ideológica. Contudo, seria cínico, por um lado, pensar que o papel dos *media* para a paz no contexto desta agenda de intervenção se limita a ser um mero actor de propaganda. Em boa verdade, tem sido verificado no seu trabalho um esforço real de contrariar as dinâmicas de violência cultural no terreno. É a propriedade local da reconstrução que está aqui em causa. Por outro lado, é também certo que têm sido traçados caminhos recentes de legitimação teórica destas práticas mais centralizadas e marcadamente ideológicas. Não é pois uma visão maniqueísta de investigação e intervenção que está aqui presente, mas antes um reconhecimento claro da necessidade de recuperar e, principalmente, de actualizar a agenda de investigação crítica que postulou a ideia de *media* para a paz, introduzindo diagnósticos atentos. A importância deste passo está intimamente ligada à expansão e complexificação da intervenção ao nível dos *media* e à necessidade de recuperar um sentido crítico na análise. O objectivo é claro - questionar e melhorar os modelos de intervenção aproximando-os dos verdadeiros protagonistas da paz - as pessoas.

Sofia José

[1] A intervenção internacional ao nível dos meios de comunicação social conhece, no essencial, dois tipos de intervenção: construtiva (formação para jornalistas, o desenvolvimento de estruturas legais que permitam a liberdade de expressão e, acima de tudo, a criação de *media* para a paz,) e coerciva (bombardeamento ou *jamming* de *media* que incitem a violência).

Referências:

- Bassette, Guy e Rajasunderam (1996), “Participatory Communication: a west african agenda”, http://www.idrc.ca/en/ev-9302-201-1-DO_TOPIC.html [Janeiro 2008].
- Clapham, C. (1998), “Rwanda: the perils of peacemaking”, *Journal of Peace Research*, 35(2), 1998, pp. 193-210.
- Cockell, John (2000), “Conceptualising Peacebuilding: Human Security and Sustainable Peace”, in Pugh, Michael (ed.) (2000) *Regeneration of war-torn societies*, London, Macmillan Press Ltd.
- Galtung, Johan (1998), “High Road, Low Road”, *Track Two*, Vol.7, Nº4, Dezembro.
- Ribeiro, Juliana (2004), “UN Radio and Peacekeeping Missions: providing a bridge from war to peace”, *UN Chronicle Online Edition*, <http://www.un.org/Pubs/chronicle/2004/issue4/0404p70.html>, [Junho 2006].
- Richmond, Oliver (2005), *The transformation of Peace*, Houndmills: Palgrave Macmillan.

Estudos sobre a P@X

O Jornalismo para a Paz experimentou, na última década, um grande desenvolvimento em vários países da Europa Ocidental e América do Norte e em países especialmente marcados pela dor e desesperança dos conflitos duradouros, como a Colômbia e Israel. Enquanto que o estudo e o interesse por esta corrente têm sido meteóricos em alguns países europeus, tal não tem sucedido na Península Ibérica. Este facto é, no meu entender, paradoxal, uma vez que o Jornalismo para a paz tem muito a oferecer a estes dois países, dado o seu potencial de expansão dos horizontes teóricos da profissão e de aperfeiçoamento da profissão jornalística. Além disso, a necessidade de abordar as violências que têm lugar em Espanha e Portugal sob a perspectiva da resolução pacífica dos conflitos torna o estudo e análise da proposta do Jornalismo para a Paz essencial. De facto, tomar os postulados do Jornalismo para a Paz para repensar o papel dos jornalistas na sociedade permitir-nos-ia examinar com outras 'lentes' a cobertura das violências quotidianas (como a violência doméstica), de realidades como a imigração (tratada até agora com uma "solidariedade delimitada") (Giró et al, 2006), e de conflitos armados e situações de pós-guerra, sobretudo os mais relevantes para os dois países, como os que marcam as ex-colónias portuguesas em África ou, no caso espanhol, o conflito basco.

O Jornalismo para a Paz é uma teoria normativa que defende que os meios de comunicação social têm um papel potencialmente positivo na promoção da paz (Irvan, 2006: 34), radicando na vontade de transformar as atitudes dos proprietários, profissionais e anunciantes do meio, bem como as respectivas audiências com vista a promover o discurso de paz. Para cumprir esta dupla promessa a favor da paz, o Jornalismo para a Paz opera a dois níveis: o operacional e o paradigmático (Manoff, 1998: 5). O nível operacional refere-se ao desenvolvimento de intervenções em contextos de conflito, usando os meios de comunicação social como ferramenta para construir e consolidar a paz (a acção da ONG *Search for Common Ground* (SFCG) insere-se neste quadro, entendendo que os "media são os veículos adequados para fortalecer as capacidades de gestão de conflitos de forma criativa de uma dada sociedade"), enquanto que o nível paradigmático se reporta ao esforço teórico de superação dos paradigmas do jornalismo convencional com o objectivo de reinventar e capacitar os meios de comunicação social, dando-lhes uma dimensão mais humana e humanizante e à respectiva reforma de projectos mediáticos. Ao nível paradigmático, os esforços empreendidos até ao momento têm-se centrado na avaliação crítica da cobertura mediática dos conflitos e na conceptualização teórica e operacional dos valores e práticas jornalísticas (Shinar, 2007: 2).

Enquanto teoria em ascensão, o jornalismo para a paz pode ser rotulado de "agridoce", já que tem tido, até ao momento, um desenvolvimento marginal face às potencialidades que lhe são reconhecidas, razão pela qual considero ser necessário expor as potencialidades, bem como as limitações desta teoria.

Jornalismo para a Paz: promessas, obstáculos e apostas

Elisa García Mingo

Estudos sobre a P@X

Quanto às promessas do Jornalismo para a Paz, acompanho o pensamento de Dov Shinar (2004, 2006, 2007) que refere o seguinte: o compromisso com a melhoria da profissão mediante a tomada consciência do papel dos *media* nos conflitos, oferecendo um “roteiro” para a actuação nestes contextos (Lynch e MacGoldrick, 2005: 5); o fortalecimento dos valores humanos e éticos do jornalismo, lançando, nas palavras de Galtung, um “desafio ético” aos profissionais do campo (2006:1); a reinvenção dos meios de comunicação social como serviço público, desafiando assim as estruturas existentes que os reduzem a uma indústria e retomando a concepção do jornalismo que emana das declarações da UNESCO de 1978 e 1983 acerca dos meios de comunicação social e do jornalismo (Irvan, 2006: 34-35) e das vozes críticas dos defensores da Nova Ordem de Informação e Comunicação Internacional das décadas de 70 e 80 e dos proponentes do modelo de propaganda; e, por fim, a ampliação e superação dos horizontes de estudo dos *media*, possibilitando novas concepções e apostas teóricas.

Se, por um lado, estas promessas são sugestivas e auspiciosas, são muitas as limitações da corrente do Jornalismo para a Paz, tanto ao nível operacional como paradigmático. Algumas foram assinaladas por detractores do jornalismo para a paz (Hanitzsch, 2007; Loyn, 2007) e reconhecidas pelos proponentes desta corrente, enquanto que outras foram contempladas desde o advento deste paradigma. Ao nível paradigmático, podemos apontar as seguintes limitações: a dificuldade em fazer face aos mitos enraizados e essencialistas do jornalismo convencional (Manoff, 1998; Peleg, 2006), que não contemplam os meios de comunicação social como gestores do discurso de paz e potenciais promotores de paz positiva; e a escassez de análise crítica dos projectos existentes. Ao nível operacional, as limitações mais difíceis de superar derivam dos condicionantes estruturais e da realidade dos profissionais dos *media*. Os constrangimentos estruturais derivam do sistema de produção de notícias e da burocratização do trabalho jornalístico, da organização capitalista dos *media* e das relações estreitas entre *media* e classes políticas e económicas dominantes; enquanto que os obstáculos relacionados com os profissionais do meio da comunicação decorrem da falta de formação, compromisso ético e sentido crítico, bem como da herança de uma cultura profissional que tende a enaltecer o jornalismo de guerra tradicional (Galtung, 2006:1).

De forma a poder superar estas limitações, o projecto do jornalismo para a paz deverá apostar em: (1) continuar o desenvolvimento e aprofundamento das suas premissas filosóficas e conceptuais (Shinar, 2007: 5) com o objectivo de superar definitivamente os postulados que endeusam a objectividade e os valores a ela associados como o fim do jornalismo, e não como um instrumento (Manoff, 1998: 3); (2) promover a aplicação da sua teoria, o que implicaria trabalhar em três frentes: formação de jornalistas (mediante a educação universitária e formação específica); reflexão e criação de guias de actuação para o desenvolvimento de projectos com este recorte (à semelhança, por exemplo, da obra conjunta do *European Centre for Conflict Prevention*, SFCG e *IMPACS, The Power of the Media*) e a tradução dos avanços teóricos do

Jornalismo para a Paz: promessas, obstáculos e apostas

Elisa García Mingo

Estudos sobre a P@X

jornalismo para a paz em normas (Shinar, 2006:6) que inspirem a criação de sistemas públicos e estruturas que promovam este tipo de intervenções e compromissos de forma sistemática.

Em síntese, são muitas as limitações implícitas na proposta ousada do Jornalismo para a Paz, contudo a sua contundência e compromisso ético com a paz, a verdade, as pessoas e as soluções tornam-na numa proposta que não pode ser ignorada.

Referências:

- Galtung, J. (2006), "Peace Journalism as an Ethical Challenge", *Global Mediterranean Journal: Mediterranean*, Vol. 1, No.2, Outono, pp. 47-53.
- Giró, X. et al. (2006), "Solidaridad delimitada. Estudio de la cobertura televisiva de los hechos de la valla de Melilla", *Quaderns del CAC*, No. 23-24, Abril, pp. 37-49.
- Hanitzsch, T. (2007), "Situating Peace Journalism in Journalism Studies: A critical appraisal", *Conflict and Communication Online*, Vol. 6, No. 2.
- Irvan, S.(2006), "Peace Journalism as a Normative Theory: Premises and Obstacles", *Global Mediterranean Journal*, Vol.1, No. 2, Outono.
- Kempf, W. (2007), "Peace Journalism: A tightrope walk between advocacy journalism and constructive conflict coverage", *Conflict and Communication Online*, Vol. 6, Nº2.
- Lynch, J. & A. McGOLDRICK (2005), *Peace Journalism*, Londres: Hawthorn Press.
- MANOFF, K. (1998), "Role Plays - Potential Media Roles in Conflict Prevention and Management", *Track Two*, Vol.7, Nº4.
- Shinar, D. (2004), "Media peace discourse: Constraints, concepts and building blocks", *Conflict and Communication online*.

**Jornalismo
para a Paz:
promessas,
obstáculos e
apostas**

Elisa García Mingo

Estudos sobre a P@X

Os meios de comunicação social assumem, actualmente, um papel decisivo na identificação e no debate de temas centrais das nossas sociedades, definindo muitas vezes a agenda pública. Ao contribuírem para moldar e formar opiniões, podem colaborar no fortalecimento de determinados valores e estereótipos patentes na sociedade, quer directa, quer subtilmente, ou, pelo contrário, promover a sua dissipação, constituindo assim potenciais catalisadores de mudanças dada a sua capacidade de mobilizar e incluir novos pontos nas agendas políticas. Tendo estes elementos em mente, a análise sobre a forma como o assunto mulheres e violência, nas suas diversas variantes, é veiculado pelos *media* reveste-se de particular importância, permitindo reflectir sobre os discursos produzidos sobre as diversas dimensões da violência exercidas por e sobre as mulheres - expressões (física, sexual, doméstica, psicológica e armada), papéis (vitimização e autoria) e estratégias de resposta e prevenção - e questionar como (e se) estes têm capacidade de informar o debate público sobre esta temática.

O observatório de imprensa [1], cujas principais conclusões se apresentam de seguida, incidiu na análise dos diários *Público* e *O Globo*, dois dos jornais de maior tiragem em Portugal e no Brasil, de grande circulação entre as elites e importantes veículos formadores de opinião, ao longo dos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2007.

Diferentes violências, diferentes visibilidades

Da análise dos dois jornais, é possível identificar alguns traços gerais acerca das representações mediáticas das violências exercidas por e sobre mulheres, ainda que com matizes óbvios, fruto dos diferentes contextos de violência vividos nos dois países estudados.

De modo geral, as notícias que dão conta do envolvimento feminino na violência, seja como vítimas directas e indirectas ou como agressoras e participantes directas na violência tendem a ocupar um lugar de pouco

destaque, à excepção dos casos de violência particularmente brutais (homicídios, por exemplo) e de ocorrências que envolvem personalidades da vida pública, no caso do jornal *O Globo*. Verifica-se, sobretudo, uma clara ausência de notícias sobre a violência cometida contra as mulheres pelo facto de serem mulheres (violência doméstica e violência sexual), uma vez mais com a excepção dos casos mais extremos de violência.

À semelhança do que outros estudos sobre *media* e violência sugerem (Penalva, 2002; Ramos e Paiva, 2007), na cobertura do tema prevalecem os géneros jornalísticos "breve" e "notícia" e as abordagens factuais e contextuais simples, caracterizadas pela divulgação limitada de informações contextuais e pelo recurso a um número reduzido de fontes. A temática principal das peças tende a incidir sobre acto violento em si ou sobre os processos de investigação do crime e/ou processo judicial, descurando o seu enquadramento social. De facto, são ainda raras as peças que se debruçam sobre os antecedentes da violência, possíveis causas e consequências, ou que fazem o acompanhamento do incidente. Por sua vez, a alusão a exemplos positivos de resposta à violência, como iniciativas legislativas ou de apoio inovadoras, sentenças exemplares, etc, é também limitada, assim como a referência a informações úteis para as vítimas, como por exemplo, legislação sobre violência intra-familiar, organizações de apoio, entre outras, informações apenas presentes nas notícias mais globais e ainda pouco frequentes sobre o fenómeno. Ao contribuir para a cristalização de tratamentos individualizados da violência, especialmente da violência contra as mulheres, enfatizando os efeitos directos e imediatos da violência e dando relevo a explicações circunstanciais dos comportamentos violentos, estes formatos jornalísticos dominantes distanciam-se geralmente da representação da violência contra as mulheres enquanto problema social e político, com continuidades em relação a outros tipos de violência (especialmente no que diz respeito a causas, actores e

U
M
O
L
H
A
R
P
E
L
A
I
M
P
R
E
N
S
A
-
M
U
L
H
E
R
E
S
E
V
I
O
L
Ê
N
C
I
A
S

instrumentos).

Pese embora as insuficiências apontadas, existem alguns artigos que merecem destaque pelo esforço de investigação jornalística e pela tentativa de abordar a violência de forma mais compreensiva. Os artigos “Um sopro contra a violência” (*O Globo*, 22 de Setembro), e “Luta e arte para derrotar o terror” (*O Globo*, 26 de Agosto) e a peça “Todos os meses há três mulheres assassinadas pelos maridos” (*Público*, 6 de Julho), por exemplo, destacam-se pela abordagem crítica ao fenómeno da violência, debruçando-se sobre a análise aprofundada de incidentes de violência urbana e violência doméstica e dando voz a iniciativas positivas de combate e resistência à violência.

Mulheres-notícia: vítimas e agressoras

A representação do envolvimento feminino nas várias expressões de violência em ambos os diários reflecte sobretudo casos de vitimização. Em termos globais, as mulheres são identificadas como vítimas em 89% dos casos e como agressoras em 11% dos casos. No primeiro grupo, incluem-se mulheres envolvidas directamente em actos violentos (assaltos, homicídios ou ferimentos), enquanto que no segundo grupo, se incluem mulheres vítimas directas de incidentes violentos (homicídios, assaltos, ferimentos e ameaças) ou vítimas indirectas (familiares de vítimas).

As notícias sobre vítimas de violência (directas e indirectas) oscilam entre a representação passiva e activa das vítimas. Enquanto vítimas directas, as mulheres tendem a ser os objectos da violência e do discurso, sendo apresentadas por outras fontes, sobretudo forças de segurança, familiares, vizinhos ou pelo próprio jornalista. Um olhar sobre os títulos de alguns dos textos analisados confirma esta tendência: “20 anos de prisão para professor que regou ex-namorada com gasolina e ateou fogo” (*Público*, 19 de Julho) e “Bala perdida mata mãe e fere filho no Jacarezinho” (*O Globo*, 16 de Agosto).

Além de objectos da violência, as mulheres

são o rosto iconográfico do sofrimento por excelência, constituindo mais de metade dos atributos fotográficos que complementam os relatos jornalísticos. Já os homens, geralmente na posição de agressores, tendem a ser os protagonistas da notícia, identificados como os sujeitos da violência e do discurso.

Por outro lado, e apesar de pouco representativo em termos numéricos e de destaque, as notícias que têm como objecto principal mulheres sobreviventes da violência enfatizam os seus papéis na luta pelo reconhecimento da violência e contra a sua trivialização, dando conta de vivências além da vitimização e passividade. Os artigos “Sem corpo, um crime sem castigo” (*O Globo*, 19 de Agosto) e “Professora baleada em Ipanema recebe alta” (*O Globo*, 1 de Setembro) são disto exemplo, chamando a atenção para o papel desempenhado pelas mães de vítimas da violência na reivindicação de justiça e envolvimento em esquemas de solidariedade.

No que diz respeito às mulheres agressoras ou envolvidas em crimes, as representações oscilam entre o desafio ao padrão comum de feminilidade - “Rose Peituda, do alto dos seus um metro e sessenta, dirige o tráfico” [2] - e a confirmação do estereótipo de feminilidade passiva, dando destaque aos papéis secundários desempenhados pelas mulheres nas estruturas violentas/criminosas e associando a sua participação a um momento de irreflexão ou a uma decisão tomada sob coacção - “A tragédia só é explicável pela doença de Helena.”[3] e “Sandra é uma pessoa legal. Tudo o que fez foi por amor”[4].

Em traços gerais, pode afirmar-se que as representações mediáticas de meninas e mulheres em contextos de violência tendem a reproduzir os estereótipos tradicionais associados aos papéis femininos. Apesar de não existirem referências estigmatizantes directas, existe um discurso sobredimensionado no que diz respeito à vitimização feminina, marginalizando ainda referências positivas relativamente à sua capacidade de reacção e resistência. Por outro lado, as representações de mulheres infractoras enunciada atrás, parecem ir no mesmo sentido: a confirmação do estereótipo

U
M
O
L
H
A
R
P
E
L
A
I
M
P
R
E
N
S
A
-
M
U
L
H
E
R
E
S
E
V
I
O
L
Ê
N
C
I
A
S

U
M
O
L
H
A
R
P
E
L
A
I
M
P
R
E
N
S
A
-
M
U
L
H
E
R
E
S
E
V
I
O
L
Ê
N
C
I
A
S

da feminilidade passiva e pacífica. Ao retratarem as mulheres infractoras quase exclusivamente em papéis secundários nas estruturas criminosas, referindo-se muitas vezes à sua participação como resultado de coacção, ou abordando as suas formas de envolvimento mais directo como fora do padrão de feminilidade, estes relatos ajudam a consolidar a percepção de que o envolvimento violento/criminoso feminino é condicionado por factores externos, não dependendo da sua vontade e interesse próprios, constituindo uma “excepção à regra”. Paralelamente, a presença, ainda que rara, de elementos justificativos da conduta dos agressores no caso da violência protagonizada por homens, sobretudo na amostra do Público, contribui também para reproduzir a divisão sexual de papéis, assente nas categorias de “protectores” e “protegidas”.

Apesar da influência que detêm na formação de opinião e mobilização de temas nas agendas políticas, os meios de comunicação social tendem a abordar de forma insuficiente os vários aspectos da cultura de violência, sendo igualmente pouco críticos em relação ao seu próprio papel na construção dessa cultura. Ao revelarem uma atenção segmentada sobre as expressões violentas e seus actores, negligenciando as experiências de envolvimento das mulheres na violência, à excepção da vitimização, e a explicação das violências, os media obstam a compreensão do fenómeno da violência e, por conseguinte, a erradicação. Se, por um lado, este retrato dominante da violência contribui para a banalização dos actos violentos em si e para uma percepção generalizada de insegurança, por outro lado, ao assentar numa leitura parcial destes fenómenos, pode conduzir à elaboração e adopção de estratégias de resposta desfasadas da realidade ou até mesmo contraproducentes, designadamente baseadas na apologia de uma abordagem policial e criminal mais dura.

Neste sentido, além de dar espaço e voz ao envolvimento masculino na violência, cuja visibilização é importante, julgo ser essencial que os meios de comunicação social dêem

igualmente espaço e voz aos vários tipos de envolvimento feminino, detendo-se sobre a pluralidade das suas experiências e papéis. Dar visibilidade à participação específica das mulheres em diferentes contextos violentos, com a devida análise das suas causas, motivações e impactos, é indispensável para compreender o fenómeno da violência e, logo, informar um debate amplo sobre políticas de resposta e combate à violência verdadeiramente eficazes. Dou, assim, eco, às palavras de Bárbara Soares (2007: 140-141) que enfatiza que o que é prioritário é: “Um salto qualitativo que reflecta a complexidade do fenómeno/s da/s violência/s. Para isso, é preciso dar voz às mulheres, potenciar que deixem de ser objecto do discurso para passarem a ser sujeito, rever o lugar dos homens na cobertura, incluindo-os na equação da vitimização, e vincular a violência doméstica à violência social e urbana.”

Rita Santos

[1] Esta análise foi realizada no âmbito do observatório de imprensa do projecto “Rostos Invisíveis”, uma parceria entre o NEP/CES e a ONG Instituto Marquês de Valle Flor.

[2] “Presa mulher que chefiou tentativa de invasão”, *O Globo*, 13 de Setembro.

[3] “Mãe mata dois filhos menores e suicida-se num bairro da periferia urbana de Viseu”, *Público*, 12 de Setembro.

[4] “Sexo, menores e PMs”, *O Globo*, 11 de Agosto.

[5] “Suspeito de matar esposa em prisão preventiva”, *Público*, 17 de Julho.

Referências:

- Penalva, Clemente, 2002, “El tratamiento de la violencia en los medios de comunicación”, *Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, No. 10, pp. 395-412.

- Ramos, Sílvia e Paiva, Anabela, 2007, *Mídia e Violência, Novas Tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*, IUPERJ: Rio de Janeiro.

- Soares, Bárbara, 2007, “Violência doméstica: é hora de dar voz a mulheres e a homens”, in Ramos, Sílvia e Paiva, Anabela, *Mídia e Violência, Novas Tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*, IUPERJ: Rio de Janeiro, pp.140-141.

No sótão do NEP

Memória de Actividades do NEP

Publicações

Freire, Maria Raquel (2008), **"The Russian Federation and CIS States"**, in Edward Kolodziej and Roger Kanet (eds.), *From Superpower to Besieged Global power: Restoring World Order after the Failure of the Bush Doctrine*, Athens GA: University of Georgia Press.

Freire, Maria Raquel (2008), **"Two Unequal Partners: The EU and its Russian Neighbour"**, in André Barrinha (ed.), *EU's Conflict Management in the Neighborhood and Beyond*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert.

Freire, Maria Raquel (2008), **"Relações UE-Rússia no Quadro da Presidência Portuguesa: Registos de Continuidade num Contexto de Mudança"**, *Relações Internacionais*, Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), n.17, Março.

Freire, Maria Raquel (2008), **"As Eleições Presidenciais na Rússia: Continuidade na Mudança"**, Occasional Paper n.32, Instituto Português de Relações Internacionais, Março (com L. Simão).

Moura, Tatiana; Pureza, José Manuel (2008), **"Viejas, Nuevas y Novísimas Guerras: La Conflictividad desafía la modernidad"**, *Recerca. Revista de Pensament i Anàlisi*, n. 7, pp. 165- 185.

Actividades NEP

21 de Janeiro de 2008

Raquel Freire apresentou a aula-conferência **"Relações UE-Rússia: Fundamentos, Actuação e Implicações"**, Universidade do Minho, Braga.

25 Janeiro de 2008

Paula Duarte Lopes apresentou a comunicação **"Genocídio: conceitos e implicações"**, no âmbito da Iniciativa do Dia Internacional de Memória das Vítimas do Holocausto, Escola Secundária de Oliveira do Bairro, Oliveira do Bairro.

José Manuel Pureza apresentou o seminário **"Geopolítica dos Media"** no âmbito do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

1 de Fevereiro de 2008

José Manuel Pureza interveio na mesa redonda sobre **"Flujos migratorios, derechos humanos y modelos sociales: que sociedad internacional?"**, no âmbito do Workshop Internacional *Inmigración, Derechos Humanos y Cooperación Judicial Penal Internacional ¿Hacia qué modelo social?*, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Málaga, Málaga (Espanha).

12 de Fevereiro de 2008

Raquel Freire apresentou o seminário **"Complexidade no Jogo Estratégico do Cáucaso do Sul: Conflitos e (In)Segurança numa Encruzilhada de Interesses Competitivos"**, no âmbito do Curso de Promoção a Oficial General, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), Lisboa.

No sótão do NEP

Actividades NEP

De 22 de Fevereiro a 20 de Junho de 2008

Sílvia Roque encontra-se em trabalho de campo no âmbito dos projectos **“Trajectórias de disseminação e contenção da violência: um estudo comparativo entre Bissau e Praia”** (financiado pela FCT) e **“A Cooperação Portuguesa e o reforço da segurança humana em Estados institucionalmente frágeis”** (financiado pelo IPAD).

De 25 de Fevereiro a 15 de Março de 2008

Katia Cardoso realizou trabalho de campo em Cabo Verde, Cidade da Praia, no âmbito do projecto **“Trajectórias de disseminação e contenção da violência: um estudo comparativo entre Bissau e Praia”** (financiado pela FCT).

28 de Fevereiro de 2008

Raquel Freire apresentou a comunicação **“As Eleições Presidenciais na Rússia: Continuidade na Mudança”**, no âmbito do Ciclo de Conferências em Relações Internacionais, organizado pela Livraria Almedina e Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), Lisboa.

5 de Março de 2008

Teresa Cravo apresentou o seminário **“Processos de reconstrução pós-conflitos violentos”**, no âmbito do Curso de Formação de Oficiais, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

6 de Março de 2008

José Manuel Pureza apresentou a comunicação **“Estados falhados: desconstruções conceptuais e políticas”**, no IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Tatiana Moura apresentou a comunicação **“Da proliferação da violência à violência social disseminada: o fracasso das respostas aos Estados falhados”**, no IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Teresa Cravo apresentou a comunicação **“Moçambique e o 'fracasso do Estado'”** no IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Raquel Freire apresentou a comunicação **“A Organização de Cooperação de Xangai: Relação Sino-Russa numa Perspectiva Militar e de Segurança”**, no IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (com C.A.Mendes).

Paula Duarte Lopes participou como *discussant* na mesa sobre **“Política e Desenvolvimento”**, no IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

7 de Março de 2008

Daniela Nascimento apresentou a comunicação no **“A negação de direitos económicos e sociais como causa de conflito em sociedades divididas: uma análise crítica dos modelos de prevenção e reconstrução dominantes. O estudo de caso do Sudão”**, no VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

14 a 16 de Março de 2008

Rita Santos participou no curso de formação intensiva **“Research methodologies in the field of small arms and light weapons”**, no âmbito da COST Action 25 “European Small Arms and the Perpetuation of Violence”, Bruxelas (Bélgica).

26 de Março de 2008

Workshop **“Rostos Invisíveis: ocupar o ecrã”**, com **Luís Carlos Nascimento** (Cinema Nosso), **Tatiana Moura** (NEP), **Ana Isabel Castanheira** (ONG Instituto Marquês Valle Flor) e **Rita Basílio de Simões** (Centro de Investigação Media e Jornalismo), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

No sótão do NEP

Actividades NEP

26-29 de Março de 2008

Raquel Freire apresentou a comunicação **"The making of Russian foreign policy: lines of (dis)continuity in a process of affirmation"**, na 49a. Convenção Annual da *International Studies Association* (ISA), São Francisco (EUA).

Raquel Freire e Paula Duarte Lopes apresentaram a comunicação **"Rethinking Peace and Violence"**, na 49a. Convenção Annual da *International Studies Association* (ISA), São Francisco (EUA).

Paula Duarte Lopes apresentou a comunicação **"Water With Border: the Institutional Postponement of International Water Trade"**, na 49a. Convenção Anual da *International Studies Association*, San Francisco (EUA).

28 de Março de 2008

Tatiana Moura foi galardoada com a Prins Bernhard Scholarship 2007 pelo projecto **"Masculinities and femininities between newest wars and newest peaces"**. A cerimónia de entrega teve lugar em Haia, Holanda.

Teresa Cravo apresentou a comunicação **"Instrumentalising Democracy in Africa - A Critique of Power Structures in Mozambique"**, na 49ª convenção anual da *International Studies Association* (ISA), São Francisco (EUA).

23 de Abril de 2008

Exibição do **documentário "Uma mãe como eu..."**, de Luís Carlos Nascimento, seguido de debate com Luís Carlos Nascimento (Cinema Nosso), **Tatiana Moura** (NEP), Ana Isabel Castanheira (IMVF) e Vítor Nogueira (Amnistia Internacional, secção portuguesa). Organizado pelo Instituto Marquês Valle Flor e **NEP**, no âmbito do projecto "Rostos Invisíveis", Espaço Lisboa Welcome Centre, Lisboa.

29 de Abril de 2008

Paula Duarte Lopes apresentou a comunicação **"Governança Ambiental: um conceito sustentável?"**, no âmbito do XXIX Colóquios de Relações Internacionais na Universidade do Minho, organizado pelo Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais, Braga.

7 a 9 de Maio de 2008

Katia Cardoso apresentou a comunicação **"A violência urbana em Cabo Verde: causas e impactos"**, no VI Congresso de Estudios Africanos en el Mundo Ibérico "Africa: Puentes, Conexiones e Intercambios", organizado pela Universidad de Las Palmas de Gran Canaria e Casa Africa, Las Palmas, Gran Canaria (Espanha).

Daniela Nascimento apresentou a comunicação **"A negação de direitos económicos e sociais como causa de conflito em sociedades divididas: uma análise crítica dos modelos de prevenção e reconstrução dominantes aplicada ao estudo de caso do Sudão"**, no IV Congresso de Estudios Africanos en el Mundo Ibérico "Africa: Puentes, Conexiones e Intercambios.", organizado pela Universidad de Las Palmas de Gran Canaria e Casa Africa, Las Palmas, Gran Canaria (Espanha).

12 de Maio de 2008

Seminário do Núcleo de Estudos para a Paz "O panorama actual dos estudos de segurança no Brasil", com Mónica Herz (PUC - Rio de Janeiro), Nizar Messari (PUC - Rio de Janeiro) e Reginaldo Mattar Nasser (PUC - São Paulo), Centro de Estudos Sociais, Coimbra.

13 de Maio de 2008

Seminário do Núcleo de Estudos para a Paz "Construindo um Estado frágil: o caso do Haiti", com Paulo Pereira (PUC - São Paulo) e António Jorge Ramalho (Universidade de Brasília), Centro de Estudos Sociais, Coimbra.